

# Escola, credibilidade e respeito

**Dom José Carlos  
de Lima Vaz \***

**E**scola é agora manchete de jornais e assunto que, a toda hora, aparece no vídeo das tevés e nos programas de rádio. Está em crise e crise preocupante. Real ou induzido, o problema da Escola merece uma análise serena e objetiva. Sua importância para o futuro do Brasil é tão grande que está exigindo de todos um esforço em preservar-lhe ou recuperar-lhe o prestígio social, em promover sua qualidade operativa e em exigir o respeito que lhe é devido pelas autoridades, pelos seus responsáveis diretos e pela opinião pública.

A Escola é a instituição social cuja função é educar. Não só ensinar, mas educar, no sentido mais profundo da palavra. Desde a Grécia antiga, berço primeiro de nossa cultura ocidental, educar supõe sempre uma relação pessoal e direta entre duas partes: o educador e o educando. Essa relação é a atividade-fim da Educação, para a qual devem ser ordenadas as atividades-meio: legislação, sistemas de controle, fontes de custeio, estruturas administrativas. Seu lugar primeiro é a Escola onde a relação se realiza entre dois agentes: o educador, que é a mesma Escola com sua proposta educativa, seus dirigentes e professores, e o educando, que são os alunos, acompanhados e apoiados por suas famílias.

Educar é uma relação dialógica, livre, que se baseia num acordo entre as duas

partes, o qual lhe dita as regras, estabelecido no momento em que os pais procuram a Escola de sua preferência e lhe confiam o que têm de mais precioso, seus filhos. Portanto, só é possível a Educação num clima de credibilidade e confiança recíprocas, que envolve necessariamente o reconhecimento da competência educativa da Escola e o respeito a ela devido por todos que, direta ou indiretamente, participam da relação educativa: educadores, famílias, autoridades e opinião pública.

É importante recordar essas premissas elementares, de todos conhecidas, mas que têm sido pouco levadas em consideração nos fatos que deram origem à crise presente da Escola.

Não cabe aqui analisar o problema da Escola Pública, cujas carências, em todos os aspectos, são demasiadamente conhecidas e estão exigindo um posicionamento sério e competente dos seus responsáveis.

O drama hoje vivido é o da Escola Particular, em especial das Escolas de longa tradição, como as religiosas. Não que lhes faltem alunos. Pelo contrário, vivem elas, a cada ano, a necessidade dolorosa de recusar muitas matrículas, pois as famílias as assediam, reconhecendo nelas a única opção hoje existente para uma educação decente e de qualidade para seus filhos. Esse reconhecimento social, unido aos resultados obtidos por seus alunos em novas etapas de sua formação acadêmica ou profissional, mostra aos pais que, mes-

mo tendo que pagar, vale a pena confiar seus filhos a essas Escolas.

É sabido que, sobretudo a partir dos anos 60, proliferaram muitas Escolas, encaradas por seus promotores como um negócio altamente lucrativo. Nelas, a qualidade de ensino podia ser sacrificada ao lucro fácil que lhes proporcionava a insensatez da nossa legislação educacional: a igualdade absoluta perante a lei dos diplomas expedidos por qualquer Escola, mesmo es de baixa ou nenhuma qualidade, cujo reconhecimento é dado por órgãos que não dispõem de mecanismos legais e operativos adequados para a avaliação da qualidade dos serviços educacionais que elas oferecem. A grande demanda por Educação e uma hábil publicidade, unida a facilidades de toda ordem, garantiam a essas Escolas uma clientela suficiente para seus fins comerciais.

Os abusos inevitáveis provocaram o remédio do controle universal dos preços das mensalidades cobradas pelas Escolas, já então aplicado a todas indistintamente, através de normas continuamente mudadas, mas sempre baseadas nos percentuais de aumento das mensalidades indexados a diversos fatores variáveis da conjuntura econômica do país. Tal sistema de controle, na verdade, privilegia os recém-chegados à Educação, que espertamente partiam de mensalidades iniciais muito altas, mas penalizava as Escolas tradicionais, inesperadamente colhidas pelo sistema com mensalidades que ainda não se ajustavam à nova realidade

financeira que foi surgindo com a inflação crescente. Pouco a pouco a defasagem entre as mensalidades e as necessidades das Escolas foi criando para elas uma situação cada vez mais difícil que hoje as está levando a um estado pré-falimentar.

Outra consequência perversa e dolorosa dessa política tem sido o desrespeito às boas Escolas, jogadas na opinião pública como se fossem fraudulentas ou empresas que só visam lucro. A atual política de controle provoca a intrusão na relação Educador-Educando de um elemento altamente perturbador. É um elemento que a atinge de forma mortal, ao comprometer a confiança reciproca das duas partes. De fato, o que está acontecendo é que as dúvidas que possam surgir entre os pais e a Escola são transferidas do diálogo entre as partes para um referencial externo, alheio às peculiaridades da relação educativa e determinado por critérios que não podem levar em conta a realidade concreta de cada Escola. Nesse clima, não é mais possível à Escola cumprir sua missão de educar. O que parece mais lamentável é que a Escola, que deveria ser protegida, resguardada, defendida e prestigiada pelos responsáveis maiores da Educação no Brasil, é levada por eles mesmos ao âmbito da Policia, como se o educador fosse um marginal ou um criminoso, ou quando é ela submetida à fiscalização do órgão responsável pelo abastecimento, como se a Educação fosse uma simples despesa de consumo e não o investimento maior, entre todos

de verificação da qualidade de funcionamento das instituições escolares, quando elas não conseguem, objetivamente, um mínimo de credibilidade social. Mas é evidentemente insensata a política de nivelar por baixo as Escolas.

As consequências desta política de controle das mensalidades têm sido sérias e preocupantes. De um lado, ela não distingue Escolas de tradição e excelente padrão dos comércios de ensino, o que é profundamente injusto, porque trata de modo igual realidades totalmente diferentes. O controle do serviço de má qualidade dos comércios da Educação deveria ser feito, quer nos próprios órgãos do sistema educacional que os credenciam, quer pela desmitificação do valor legal dos Diplomas, corrente da burocacia e do cartorialismo que se tornaram os avalizadores da competência e da aptidão dos diplomados, quer por procedimentos específicos

prioritário, de uma família e de toda a Nação.

Educação é algo muito sério no Brasil para ser tratada assim. É claro que a Escola precisa sempre melhorar, quer as do sistema público, quer as particulares. Mas, para isso, deve ela, antes de tudo, ser respeitada. É criminoso atingir-lhe a credibilidade com normas legais ou ações que venham a deformar sua imagem na opinião pública. Seus problemas precisam ser tratados com competência, por quem é do ramo, não podendo ficar mais à mercê de meros interesses políticos ou econômicos, de confrontos corporativos ou radicalismos ideológicos.

Num momento em que a política oficial preconiza a relação democrática do diálogo, da livre negociação, do prestígio da competência, da pluralidade de opções, não se entende que não seja atendido o pedido de várias Associações de Pais do Rio de Janeiro em recente manifesto: "Queremos o direito de escolher a Escola de nossos filhos e de buscar qualidade de ensino, sem desconhecer que ela tem seu preço. A fixação do valor das mensalidades compete aos Pais e aos Diretores e a mais ninguém."

As medidas, por mais oportunas e necessárias que sejam, para o saneamento da economia do país, não justificam a permanência de uma política insensata que está matando o que ainda resta de sério, de boa qualidade, no panorama educacional brasileiro.